ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O direito à cidade aos moradores das favelas: o caso da ocupação irregular do Jardim Niceia, Bauru – SP

Autores:
Iasmim Haruê Andrade Freitas - FCT - UNESP - iasmim.harue53@gmail.com

Resumo:

Trataremos neste artigo sobre o direito à cidade da população que vive nas chamadas 'cidades ilegais', que são os territórios marcados por assentamentos ilegais/informais, popularmente conhecido como favelas. População essa que não tem seu direito básico à moradia garantido, além de que geralmente são segregados tanto social quanto espacialmente do restante da cidade, de forma que tem seu direito à cidade, afetado pela dificuldade de acessibilidade aos lazeres, bens e serviços que a cidade tem a oferecer. Nosso objetivo é entender como a segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial afeta diretamente os moradores da ocupação irregular do Jardim Niceia situado no município de Bauru-SP. Assim a metodologia da pesquisa articula uma abordagem qualitativa, sobretudo. Vimos então realizando os procedimentos metodológicos de trabalho de campo, registros fotográficos, com o foco na ocupação do Jardim Niceia, onde é feito um estudo do surgimento da ocupação a fim de compreender sua realidade e identificar os maiores problemas de acesso ao direito à cidade, as percepções, atitudes e representações sociais dos moradores.

O direito à cidade aos moradores das favelas: o caso da ocupação irregular do Jardim Niceia, Bauru – SP.

O direito à cidade, a segregação e a fragmentação socioespacial

Este artigo foi elaborado com base na pesquisa do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho com apoio e orientação do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), trataremos sobre o direito à cidade de quem mora nas chamadas "cidades ilegais", que são os territórios marcados por assentamentos ilegais/informais, popularmente conhecido como favelas.

Quando se fala em direito à cidade, trata-se, além do direito à habitação, como também do direito à saúde, à educação, ao consumo, ao lazer.

> "O direito à cidade, (completado pelo direito à diferença e pelo direito à informação) deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, tornado citadino, usuário de múltiplos serviços." (LEFEBVRE, 1986, p. 9).

Falar do direito à cidade, é falar do direito comum antes do individual, já que como diz David Harvey, o exercício deste direito depende inevitavelmente do exercício do poder coletivo de moldar o processo de urbanização. "A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos." (HARVEY, 2009, p. 74).

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Isso significa que a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto que o controle sobre sua distribuição é feita por poucas mãos.

Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da

acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2009, p.75).

Com essa lógica, é possível entender o como e o porquê de revoluções urbanas que marcaram a história do Planejamento Urbano, como o caso de Paris do Segundo Império, onde no ano de 1848, houve uma das primeiras crises claras, por toda a Europa, tanto de capital excedente ocioso quanto de desemprego. Aproveitando-se da crise, enquanto os burgueses não conseguiam combater os revolucionários, nem resolver a crise, Napoleão III ascendeu ao poder com um golpe em 1851 com o qual se autoproclamou imperador. Em conjunto às ações que tomou para se manter no poder, como repressão a movimentos políticos contrários, investimentos internos e externos, ele também investiu na reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris, declarando Georges-Eugène Haussmann o encarregado das obras públicas urbanas em 1853 (HARVEY, 2009).

Se utilizando do excedente de capital, Haussmann tomou os planos que fourieristas e saint-simonianos tinham debatido na década de 1840 para remodelar Paris, porém transformando completamente a escala na qual esse projeto urbano era pensado. Com a criação de boulevards e largas avenidas, o sistema funcionou bem por cerca de quinze anos, que envolveu não somente a transformação da infraestrutura urbana, mas também a construção de uma nova maneira de vida pessoal e urbana. Paris se tornou "a cidade das luzes", o grande centro de consumo, turismo e prazer, os cafés, as lojas de departamento, a indústria da moda e as grandes exposições mudaram o modo de vista, e assim absorvia os vastos excedentes através do consumismo. Mas logo o sistema financeiro e a estrutura de crédito, quebraram em 1868. Haussmann foi demitido. Napoleão III lançou-se à guerra contra a Alemanha de Bismark e perdeu. Irrompe a Comuna de Paris, um dos maiores episódios revolucionários da história urbana capitalista, não havia uma nostalgia do mundo que foi destruído por Haussmann, mas havia o desejo de devolver a cidade àqueles desalojados por sua obra (HARVEY, 2009).

Foi no contexto das revoltas e manifestações de 1968 em Paris que Henri Lefebvre escreveu *The Urban Revolution*[1] que previa a urbanização como central para a sobrevivência do capitalismo, se tornando desta forma, foco das lutas políticas de classes. O direito à cidade tinha de significar o direito a comandar todo o processo urbano, que dominava até mesmo a zona rural através do fenômeno de expansão desde o *agrobusiness* à segunda casa e o turismo rural (HARVEY, 2009).

Chega o momento em que processo de urbanização atinge o mundo todo, e no início, pela escala, é difícil perceber que o que ocorre é similar às transformações que Haussmann comandou em Paris, pois o incremento da urbanização global dependeu, como as anteriores, da construção de novas instituições e arranjos financeiros para organizar o crédito requerido e sustentá-lo. Essa onda de financeirização tornou-se um problema quando não havia o adequado controle da avaliação de risco, e se deu a chamada crise de hipotecas subprime e de ativos habitacionais. Esse problema 'explode', em primeiro lugar, entorno das cidades dos EUA, com sérias implicações particularmente para baixa renda, os afro americanos das regiões centrais e os domicílios chefiados por mulheres solteiras.

[1] Edição brasileira: A revolução urbana, Editora UFMG, 2008. (N.T.).

Também foram afetados aqueles que, incapazes de dispor de habitação a preços estratosféricos nos centros urbanos, especialmente no Sudoeste, foram forçados à semiperiferia metropolitana; onde eles começaram especulativamente a construção de residências a taxas inicialmente acessíveis, mas já enfrentam a escalada dos custos, como o preço do óleo, e os elevados pagamentos das hipotecas na medida em as taxas de mercado se impuseram. (HARVEY, 2009, p. 80).

Como se percebe, desde os primeiros apontamentos de problemas urbanos, as minorias e classes mais baixas são os primeiros a serem afetados e forçados a procurarem meios de se estabelecerem nas periferias, em habitações muitas vezes em condições abaixo do mínimo necessário.

Por muitos motivos além da intensificação da problemática do acesso a habitação, houve o surgimento das favelas, e todas as questões e dificuldades que se manifestaram a partir delas, e o que podemos afirmar é que as populações que vivem nas ocupações irregulares são as mais afetadas pela privação de seu direito à cidade, pois nem mesmo o seu direito à habitação, que é básico a qualquer ser humano, lhes foi fornecido, e assim vivem na maior parte das vezes em autoconstruções em terras ocupadas ilegalmente, onde podem estar sob algum perigo iminente, seja por risco de desabamento, de alagamento, etc. Quando se instalam, e conseguem construir suas casas, passam cotidianamente por inúmeras dificuldades para acessar direitos básicos, como redes de esgoto, eletricidade, água, ou então, dificuldades de acesso à postos de saúde, escolas, hospitais, aos serviços e comércios em geral, pois além da distância que estão de toda essa infraestrutura, ainda não possuem meios eficazes de mobilidade urbana.

Ocorre que as “camadas”, classes e frações da classe operária não puderam beneficiar-se das modificações do urbano, notadamente da centralidade modificada e reforçada (cultura, transportes, gestão). Ao contrário: elas foram excluídas de algumas vantagens, afastadas para as periferias. Sem resistência obstinada, embora tenha havido “movimentos urbanos”, essas populações aceitaram a situação. Quando se percebeu o desastre, era muito tarde. Apesar das advertências! Essas populações periféricas por muito tempo se desinteressaram pela política urbana. E frequentemente, seus “representantes” acompanharam ou não viram bem o que ia acontecer: o desastre urbano. (LEFEBVRE, 1986, pág. 10).

Em contraponto com essa população que vive a base de dificuldades, tem-se a classe das elites ricas que, com a reviravolta neoliberal, teve seu poder restaurado, gerando resultados indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados” (HARVEY, 2009).

Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno;

área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, fixando firmemente ao que for possível na luta diária pela sobrevivência (BALBO, 1993).

Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados, sendo, da forma como está constituído atualmente, não só no Brasil, mas também na maioria das partes do mundo capitalista, restrito à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto.

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais. (HARVEY, 2009, p. 88)

Dando um maior enfoque no processo de segregação e fragmentação socioespacial, pode ter se iniciado nas metrópoles, mas com certeza, é também uma realidade presente no país todo, inclusive cidades médias como é o caso de Bauru-SP que iremos analisar à frente.

A segregação socioespacial trata-se, de acordo com Sposito e Goes (2013), quando a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) se decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. Os que geralmente possuem menos poder aquisitivo são 'expulsos' dos centros urbanos, e passam a morar nas periferias, que são entendidas, segundo Langenbuch (2001), como uma aglomeração urbana, em geral distantes das áreas de urbanização consolidadas da cidade, onde havia predomínio de residências voltadas às camadas de menor poder aquisitivo, tanto em favelas, quanto nos conjuntos habitacionais que são criados através de programas do governo como o Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Habitação Popular (COHAB), e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sempre com alta densidade demográfica, e com déficits em infraestrutura urbana. E é neste momento em que se cria a relação centro x periferia. Além de esses espaços continuarem sendo reproduzidos, atualmente, temos também a autossegregação que se trata das classes mais abastadas que vão para a periferia com a intenção de sair do caos e 'insegurança' da cidade, e se fecham em condomínios fechados.

E ainda como destaca o autor: "A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole." (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Para Lefebvre, primeiro autor de origem marxista a abordar em seus estudos o conceito de segregação socioespacial, considera que para estudá-lo deve-se levar em

consideração as dimensões básicas: "1) a repercussão cultual da composição de espaços homogêneos socioeconômicos; 2) a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos e, 3) os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre os diferentes." (VIEIRA E MELAZZO, 2003, p. 165). E para Castells, como citam os autores Vieira e Melazzo (2003), a segregação socioespacial se basearia numa separação espacial das diferentes classes sociais no interior das cidades, bem como o acesso desigual que estas mesmas classes possuem em relação aos bens e meios de consumo coletivo, além de considerar que o processo de segregação é condicionado por fatores econômicos, sociais e ideológicos.

Já a fragmentação socioespacial é um processo posterior ao de segregação socioespacial, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas. É um desenvolvimento das dinâmicas urbanas que implicam em transformações não somente no espaço geográfico, mas também das relações sociais, através da conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. (SPOSITO E GOES, 2013)

Sposito e Goes (2013), afirmam que:

"ela se aprofundou com uma nova divisão técnica e, portanto, econômica, do tempo e do espaço, que também é social, por que se refere aos novos ambientes para o consumo de bens e serviços cada vez mais segmentados, aumentando e tornando mais complexo o mosaico das desigualdades socioespaciais, nas formas de mobilidade e acessibilidade aos fragmentos que compõe a cidade contemporânea." (p. 301)

É perceptível essa relação com esses novos ambientes de consumo segmentados, se citarmos os shoppings centers, que são locais de acesso público, ou seja, toda a população 'teoricamente' pode acessar e usufruir do espaço, porém há fatores limitantes que fazem com que esse acesso público seja dificultado, como os altos preços dos serviços oferecidos, etc.

A fragmentação socioespacial continua em muitos outros aspectos, os segmentos de menor poder aquisitivo tem seu acesso à equipamentos públicos de saúde, lazer ou educação dificultados. Com a extrema autossegregação que as classes mais abastadas causam, se fechando em condomínios fechados, designando até mesmo entradas separadas para os empregados.

Segundo Capron (2006) "A cidade, dividida por fronteiras de todos os gêneros, não será mais 'uma'. Se ela não é, efetivamente, mais que uma acumulação de enclaves, residenciais, comerciais, de lazer etc., ela não é mais cidade, como tendem a sublinhar certos autores. Ela, então, não seria mais somente segregada, seria igualmente fragmentada, o que significa que não haveria mais relações entre os diferentes fragmentos que a 'compõem', os 'enclaves' que se ignoram mutuamente." (*apud* SPOSITO e GÓES, 2013).

A Figura 1 tem vista a partir da favela do Jardim Europa que se situa na zona sul da cidade de Bauru - SP, em que ao fundo é visível condomínios de luxo e prédios de alto valor

imobiliário, que contrapõe duas realidades opostas, quase anexas uma a outra, da 'extrema pobreza' ao lado da 'extrema riqueza', onde, entendemos quando SPOSITO E GOES (2013) falam sobre o aprofundamento da desigualdades sociais, que faz com que mesmo que as relações não cessem completamente, os enclaves se ignoram e possuem alto desinteresse pelo que acontece com o restante do que deveria ser uma cidade. Fragmentação é a quebra da unidade da cidade, o que se reflete até mesmo no tecido urbano.

Figura 1: Vista da favela do Jardim Europa para os condomínios de luxo

Fonte: Acervo da autora

"A crítica da cidade moderna se junta cedo ou tarde à crítica da vida cotidiana no mundo atual. Porém, a síntese encontra imediatamente alguns paradoxos. O primeiro é que, mais a cidade se estende, mais as relações sociais se degradam." (LEFEBVRE, H., 1986, p. 1)

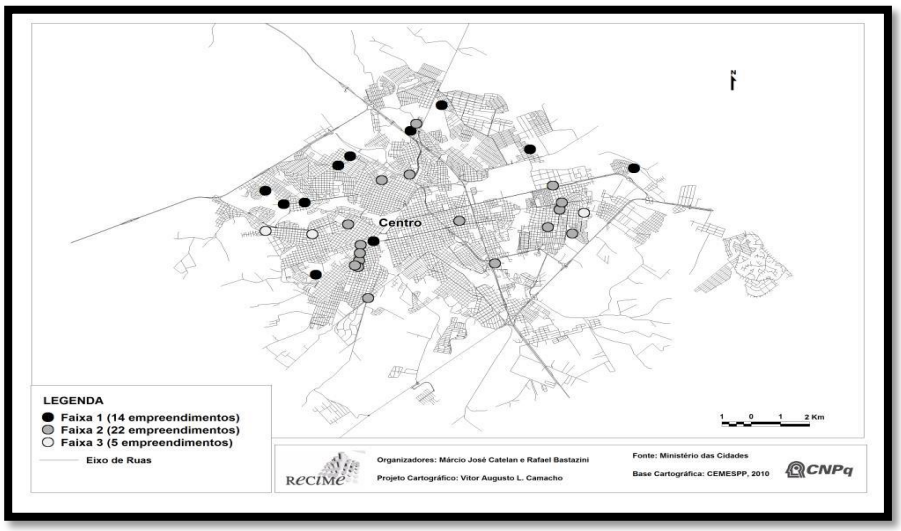
É importante entendermos a fragmentação socioespacial, pois a população que vive nas periferias em ocupações irregulares é diretamente afetada por ela, pois além da dificuldade em acesso ao direito à cidade, a cidade fragmentada cria uma sociedade alienada e insensível à realidade, problemas e dificuldades do outro, que não a sua própria.

O surgimento das favelas em Bauru – SP e o caso da ocupação irregular no Jardim Niceia

O déficit habitacional é, há algum tempo, um dos maiores problemas urbanos no Brasil, gerado pela rápida urbanização e a falta de planejamento das cidades brasileiras. Apesar das inúmeras políticas habitacionais criadas com os anos, como por exemplo, a COHAB e o PMCMV, que fizeram com que caísse o déficit habitacional, e no caso de Bauru, segundo Losnak (2004), seguindo a lógica de conformação segmentada, a problemática dos vazios urbanos e da especulação imobiliária se agravou com os Conjuntos Habitacionais, que escolhia lugares extremamente afastados do centro da cidade. Assim como diversas cidades brasileiras, Bauru se caracterizava por grandes espaços vazios na área central urbana. A maior parte dos bairros voltados para trabalhadores de baixa renda foram implantados em lugares fora da zona urbana, cada vez mais à leste, nordeste, norte e oeste da cidade, (Figura 2), sempre carentes em infraestrutura básica. (NARIMATSU, 2015, p. 29).

O déficit habitacional ainda é um problema no Brasil, sobretudo, por que o mercado imobiliário cooptou a propriedade como fatos de reprodução ampliada de seu excedente. O estado é também agente responsável, considerando que mesmo com as políticas não tem sido aplicado instrumentos que possam inibir a concentração da riqueza nas mãos de poucos, leia-se, da propriedade também. Por conta disso, milhões de pessoas não conseguem se inserir na cidade legal, sendo assim, as ocupações de áreas excluídas do mercado e ilegais passam a ser a alternativa de moradia. As ocupações irregulares não possuem a infraestrutura básica necessária, sem acesso ao transporte público e em grande parte dos casos, distantes dos equipamentos públicos, o que só dificulta as possibilidades de crescerem social e economicamente. No caso da cidade de Bauru, a segregação socioespacial já é percebida claramente, como podemos perceber na Figura 7, que representa a espacialização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Neste mapa podemos observar que os empreendimentos do faixa 1, estão na porção Noroeste da cidade, enquanto que na zona central e sul é onde contavam com os maiores investimentos públicos tais como praças, asfaltos, redes de água e esgoto, havendo uma separação perceptível entre área nobre e pobre da cidade. “Enquanto os empreendimentos voltados às classes mais baixas da sociedade eram implantados na região norte, nas décadas de 1980 e 1990 o tecido da zona sul se modifica com o intenso processo de verticalização e em seguida com a implantação de loteamentos horizontais fechados de alto padrão.” (NARIMATSU, 2015, p. 30).

Figura 2: Localização dos empreendimentos habitacionais do governo



Fonte: Nota de rodapé[2]

A favela é definida por Silva *et al.* (2009), por algumas referências como insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços; forte estigmatização sócio-espacial; edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução; ocupação marcada pela alta densidade de habitações; indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; alta incidência de situações de violência, acima da média da cidade; relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência. A partir de todas essas definições, vamos percebendo que os ocupações irregulares são historicamente marcados pela inação do Estado, falta de políticas voltadas a eles e pela ausência da efetivação dos direitos sociais de seus moradores. (SILVA *et al*., 2009).

Com relação às favelas, em 2015, Bauru contava com 22 ocupações irregulares, compondo, aproximadamente 3.000 unidades habitacionais em condições precárias. Essa população tem um rendimento médio inferior a dois salários mínimos, são carentes de serviços de infraestrutura urbana, de transporte, de escolas e serviços de saúde. Ao contrário da zona centro-sul da cidade, provida de infraestrutura e demais serviços, onde se concentram os domicílios com renda maior que 15 salários mínimos. (NARIMATSU, 2015, p. 30).

[2] Este mapa foi elaborado para compor um capítulo de livro a ser publicado no âmbito das publicações da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, ainda em elaboração pelos autores "Márcio José Catelan e Rafael Bastazini".

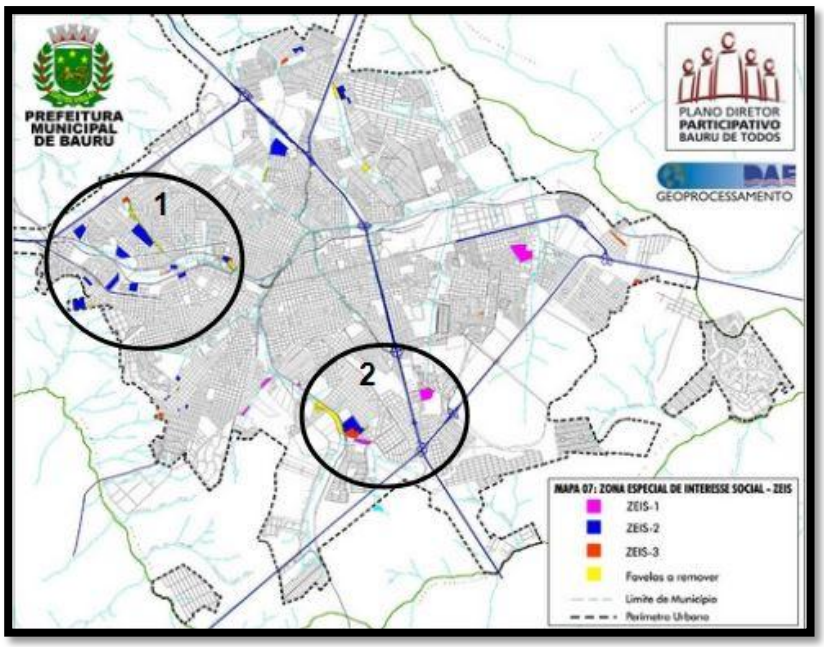
Dentre as 22 favelas que existiam na cidade de Bauru, algumas já passaram pelo processo de regularização ou teve sua população realocada para conjuntos habitacionais, devido a se encontrarem em áreas de risco ou em áreas de preservação permanente, porém ainda existem muitas e é preciso compreender que cada uma delas se encontra em um tipo de contexto e realidade diferente das outras.

Atualmente, algumas ocupações irregulares de Bauru já passaram pelo processo regularização, mesmo que estes processos aconteçam a lentos passos, podendo levar anos ou décadas para acontecerem. A resolução para favelas que se encontram em áreas de risco, geralmente é que se tenha o realocamento dessa população para empreendimentos do governo de forma a garantir que o direito à moradia lhes seja garantido.

Temos duas regiões da cidade de Bauru, município do estado de São Paulo, onde à Noroeste a (área 1) e à Sul (área 2), se destacam por haverem a maior concentração das ocupações irregulares do município, que estão destacadas na Figura 3.

A região número 1 tem o maior aglomerado de favelas e está concentrada a oeste que, é onde se concentra a população de mais baixa renda, que há a maior concentração de conjuntos habitacionais faixa 1, e são as áreas com maior déficit em infraestrutura, equipamentos públicos e planejamento urbano. A região número 2, como observamos no mapa, possui grandes vazios urbanos a sua volta o que também demonstra a necessidade de um maior planejamento urbano para a região.

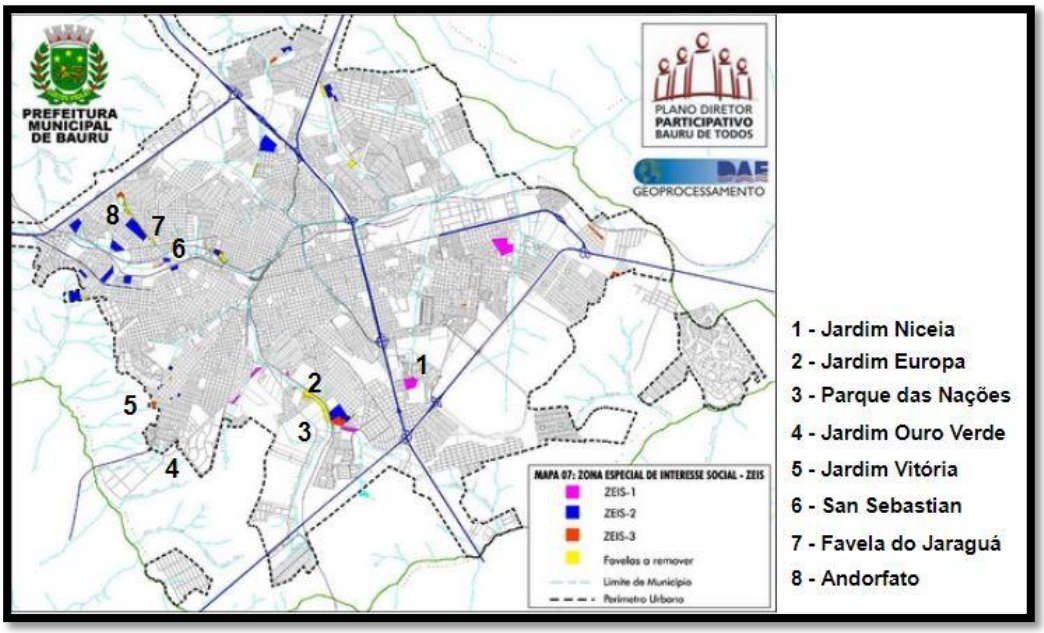
Figura 3: Mapa das Zonas Especiais de Interesse Social em Bauru



Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru - SP. Editado pela autora.

As áreas visitadas estão enumeradas na Figura 4 por ordem de passagem**.** Com a visita a cada uma das favelas, percebemos que a realidade de cada uma é diferente da outra, e é necessário que tenhamos a percepção do que se passa nelas. Algumas já foram regularizadas, outras estão em áreas de risco, e há também as que se encontravam em áreas de risco, das quais as famílias foram realocadas para Conjuntos Habitacionais.

Figura 4: Áreas visitadas em trabalho de campo



Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru - SP. Editado pela autora.

A seguir, criamos um quadro onde demonstramos alguns aspectos característicos das ocupações visitadas.

Quadro 2: Ocupações irregulares visitadas

Áreas	Ocupações Irregulares	Situações	Tempo	Tipologias
1	Jardim Nisséia	Ocupação irregular	50 anos	Metade alvenaria - metade barracos
2	Jardim Europa	Ocupação irregular em área de risco	40 anos	barracos
3	Parque das Nações	Ocupação irregular em área de risco	-	barracos
4	Jardim Ouro Verde	Ocupação irregular	-	-
5	Jardim Vitória	Área de ocupação já regularizada	-	maioria de alvenaria mas ainda existe barracos
6	San Sebastian	Empreendimento onde realocaram população de área de risco: Santa Filomena	2 anos	empreendimento
7	Favela do Jaraguá	Ocupação irregular: parte será regularizada e parte é área de risco onde terá que realocar	30 anos	grande maioria barracos
8	Andorfato	Ocupação irregular	30 anos	grande maioria barracos

Fonte: elaborado para autora, 2018.

O Jardim Nicéia foi a primeira ocupação irregular a ser visitada, logo na entrada tem-se as primeiras ruas que contam com bastantes construções em alvenarias e são também asfaltadas, além de uma praça central com aparelhos e quadra, que foi feita pelo poder público, mesmo que a área do Jardim Niceia ainda esteja em vias de ser regularizada. É perceptível que as habitações são autoconstruções em sua grande maioria, senão em sua totalidade, com grande variedade entre elas, algumas finalizadas, podendo ter um ou dois pavimentos e algumas ainda em processo de construção como podemos perceber nas Figuras a seguir.

Figura 5: Casa do Jardim Niceia

Fonte: acervo da autora

Figura 6: Casa do Jardim Niceia

Fonte: acervo da autora

Figura 7: Autoconstrução em andamento, Jardim Niceia

Fonte: acervo da autora

As ruas no Jardim Niceia são numeradas de 1 a 6, e a partir da rua 3 já percebemos que boa parte não se encontra asfaltada, como vemos na Figura 8**,** e quanto mais ao fundo, piores as condições das casas, que se tratam de barracos com uma tipologia de construção diretamente na terra e bem mais precária, além de que as ruas passam a ser mais acidentadas além de haver muito lixo pelas ruas.

Constam relatos que a favela do Jardim Nicéia já existe há cerca de 50 anos, sendo uma ocupação consolidada, que está em processo de regularização, e por existir há tantas décadas, encontra-se inúmeras iniciativas de comércio, como: venda de materiais de construção, mercearia, carro que passa vendendo verduras pelas ruas, igreja, salão de beleza, restaurante, entre outros. Além disso, alunos de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista - UNESP de Bauru criaram um jornal do bairro: ”A voz do Niceia”. Todas as reportagens e ações realizadas estão disponíveis online no site: https://vozdoniceia.wordpress.com/.

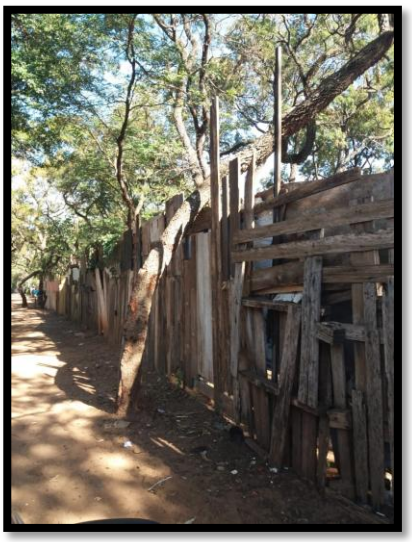
Figura 8: Barracos, Jardim Niceia

Fonte: acervo da autora

O Jardim Europa é uma ocupação irregular em condição muito precária, com apenas duas ruas para acesso e saída, e na maior parte do bairro não é possível ter acesso de carro. A grande maioria das habitações são barracos (Figura 9), se não todos, além de ruas muito acidentadas e sem qualquer tipo de asfaltamento.

A realidade do Jardim Europa se trata da extrema pobreza que é cercada pela extrema riqueza, pois se encontra na Zona Sul onde está localizado os maiores e mais caros Condomínios Residenciais Fechados da cidade de Bauru, e mesmo que esteja inserido em uma região com todos os equipamentos públicos básicos necessários, como escolas, postos de saúde, hospital e comércios, os moradores do Jardim Europa sofrem de grande preconceito por morarem nessa área favelizada, havendo casos, citados pela Assistente Social que acompanhou o trabalho de campo, em que há escolas que tentam dificultar o acesso de crianças e adolescentes vindouros dali. E nos condomínios de luxo ao redor também é praticamente impossível que contratem para trabalharem em suas residências, moradores do Jardim Europa.

Figura 9: Barracos, Jardim Europa



Fonte: acervo da autora

Um aspecto perceptível do pré-conceito que há com a população de áreas favelizadas, é que há, ao fundo do Jardim Europa, uma guarita que tem a intenção de vigiar e garantir a segurança, mas como podemos ver na Figura 10**,** esta guarita se encontra direcionada ao Jardim Europa, pois o que se entende é que o perigo vem diretamente dali.

Figura 10: Vista da guarita do Jardim Europa

Fonte: acervo da autora

O Parque das Nações se encontra em uma área de risco, pois o local corre risco de alagamento, e é preciso que haja o remanejamento das famílias que ali vivem. Por hora, ainda não se sabe exatamente quando sai o empreendimento do PMCMV que possa remanejar todas as famílias, então, de acordo com a Assistente Social, havia apartamentos do programa faixa 1, para onde parte dessas famílias poderiam ser realocadas. O que foi feito, foi oferecerem esses apartamentos a quem mora no Parque das Nações, mas pelo fato dos apartamentos se encontrarem no outro extremo da cidade, houve um longo processo para explicar a todos que ali vivem, quais seriam as mudanças acarretadas na vida deles caso aceitassem se mudar para estes apartamentos, a diferença da localização, a possível distância de empregos, tudo foi muito bem explicado, passo a passo, e foi uma decisão que cada família pôde tomar, nenhuma foi obrigada a sair de suas casas, e assim, 53 famílias aceitaram se mudar para o empreendimento. As que ainda continuam no Parque das Nações, continuam nesta área de risco e terão que esperar que saia o próximo empreendimento.

O Jardim Vitória era uma ocupação irregular que já passou pelo processo de regularização, possui cerca de 42 lotes e atualmente tem todas as suas ruas já asfaltadas. Consta a maioria de suas habitações em alvenaria, mas ainda há barracos. Mesmo tendo sido regularizado, é um bairro com uma presença muito forte do tráfico e é considerado bastante perigoso. De acordo com a Assistente Social, sempre há operações policiais realizadas lá.

O residencial San Sebastian (Figura 11) foi um empreendimento feito para que realocassem os moradores da ocupação irregular Santa Filomena que estava situado em área de risco.

Figura 11: Empreendimento San Sebastian

Fonte: acervo da autora

Passamos também pela favela do Jaraguá e a favela Andorfato, que são ocupações irregulares que ficam uma ao lado da outra em que partes delas são consideradas como áreas de risco. Ambas constam que já existem a cerca de 30 anos. O empreendimento que será construído para realocar as famílias que estão nas áreas de risco destas favelas, se chamará Maracá, e as famílias que não estão em áreas de risco, terão sua ocupação regularizada. A grande maioria das autoconstruções é de barracos.

Figura 12: Favela do Jaraguá

Fonte: acervo da autora

Na maioria das áreas de ocupações irregulares, percebemos que são áreas com alto grau de periculosidade e com presença de muito tráfico. A visita foi feita em companhia de uma assistente social da cidade de Bauru que trabalhou por muito tempo com a população dessas ocupações, então entramos e passamos por elas sem problemas, mas ela afirmou sobre a grande presença do tráfico e operações de polícia em várias delas.

Os problemas urbanos observados nestas ocupações irregulares são inúmeros, como barracos autoconstruídos que ficam diretamente na terra; não há sistemas de esgoto; água quente; eletricidade conseguida através de 'gatos'; sem comentar a dificuldade que essa parte da população sofre para se inserir no restante da sociedade. Toda a realidade dessas pessoas é diretamente conectada à história do surgimento das favelas, e de como essa população foi tratada há muitos anos pelo Estado.

Nos aprofundando especificamente no Jardim Niceia, temos na Figura 13 sua localização na cidade de Bauru.

Figura 13: Localização e área do Jardim Nicéia

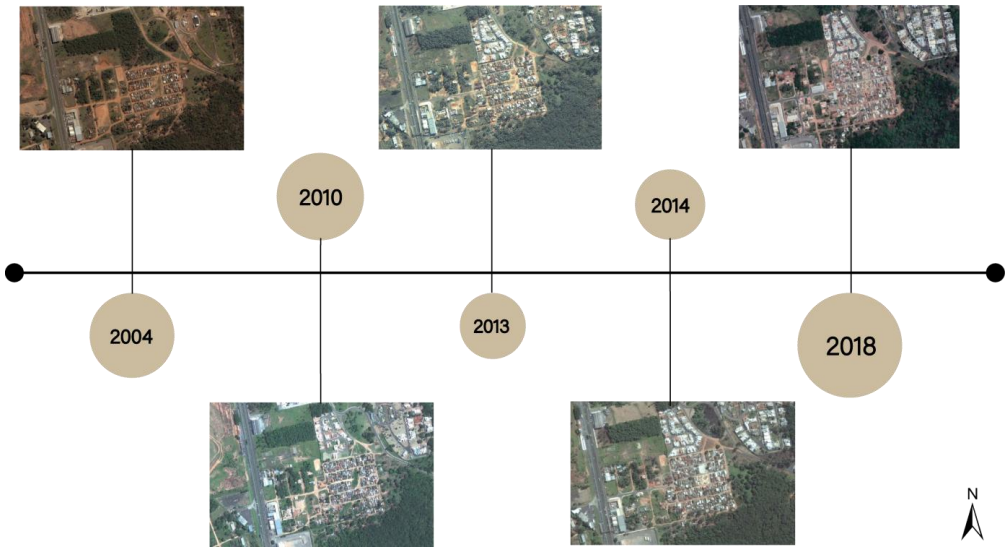
Fonte: Google Earth. Editado pela autora.

Podemos perceber pela região em que está inserido o Jardim Niceia, que não está em uma extrema periferia como pode acontecer em muitos casos de ocupações irregulares. Está localizado próximo ao campus da Universidade Estadual Paulista - UNESP, relativamente perto do Hospital Estadual de Bauru, do Bauru Shopping, e avenidas importantes da cidade, como a Avenida das Nações Unidas, e ao lado da Rodovia Marechal Rondon.

O questionamento é se uma boa localização na malha urbana garante que o direito à cidade e o acesso à esses equipamentos de saúde, educação, lazer e consumo, está sendo garantido à população do Jardim Niceia? Como se dá mobilidade urbana destes habitantes?

Montamos uma linha do tempo do Jardim Niceia (Figura 14), que data 2004, 2010, 2013, 2014 e 2018. Nela percebemos mesmo a ocupação do Niceia já exista a 50 anos, nos últimos 15 anos é possível perceber muitas mudanças. Em 2004 ainda não existia o loteamento fechado que fica à norte do Niceia, e a quadra que consta a rua 5 e a rua 6 continha muito poucas construções. Outro fato é que em 2014 ainda não havia asfaltamento em nenhuma rua do bairro. Em 2010 o loteamento fechado (que ainda não era murado) já havia surgido, e a quadra da rua 5 com a 6 já estava bem mais adensada, porém ainda não havia chegado o asfaltamento. Em 2013 a maior diferença que percebemos foi o muro que surgiu em volta ao loteamento. Em 2014, o poder público instalou a praça e a quadra de futsal na ocupação do Jardim Niceia, e com elas, também asfaltaram as ruas 2 e 3, que cortam as quadras onde os equipamentos foram instalados. De 2014 para 2018, através da vista aérea não houve muitas mudanças, porém foi nesse período que houve a chegada de iluminação e rede de esgoto que atende o bairro todo.

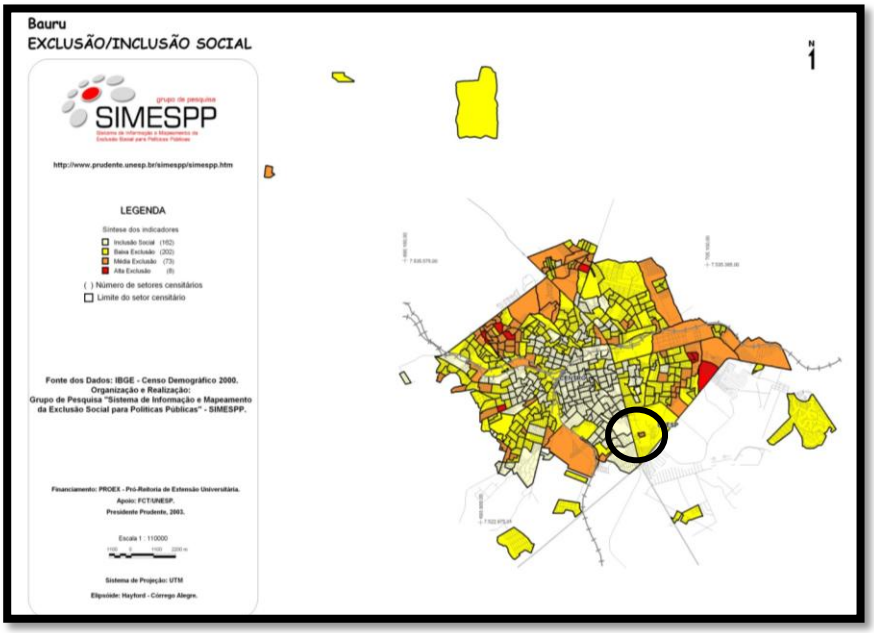
Figura 14: Linha do tempo – Jardim Niceia



Fonte: Google Maps, editado pela autora

Na Figura 15 e 16, temos os índices de exclusão e inclusão social na cidade de Bauru nos anos de 2003 e 2010, para que possamos analisá-las e compará-las. Percebe-se que na área circulada nas figuras, encontra-se o Jardim Nicéia. Na figura 15, tem-se uma área de média exclusão (que é justamente o Jardim Niceia), em meio a uma área de baixa exclusão, ou seja, mesmo que todo seu entorno tenha baixa exclusão, essa realidade ainda não atinge o Jardim Niceia.

Figura 15: Exclusão/inclusão social em Bauru, 2003

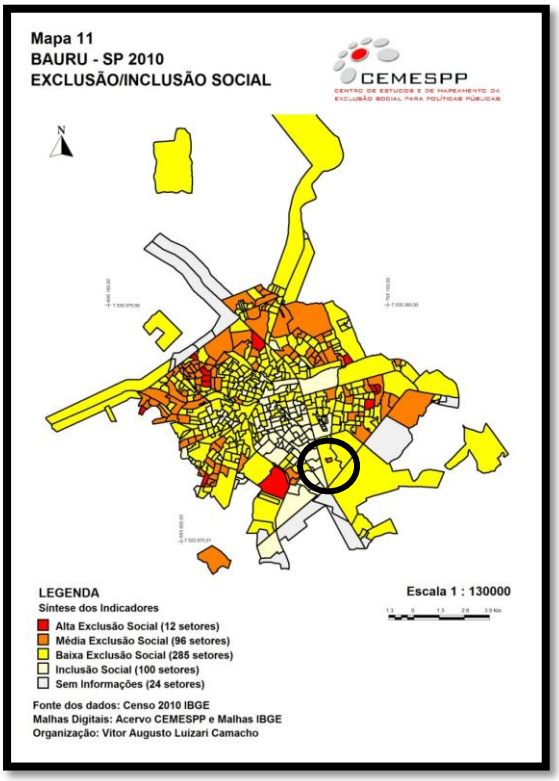


Fonte: Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" – SIMESPP, 2003.

Ao analisarmos a Figura 16, que se trata do ano de 2010, percebemos que na cidade houve uma grande variação nos indicadores de exclusão e inclusão, porém, ao focarmos na nossa área do Jardim Nicéia, percebemos que continua a ser uma área de média exclusão social em meio a uma região de baixa exclusão social.

Através destes mapas entendemos que mesmo se tratando de uma favela, por estar em meio a uma região de baixo índice de exclusão, não atinge a alta exclusão social, o que está conectado ao fato de se encontrar em uma região bem localizada e munida dos equipamentos urbanos necessários para que facilitem, mesmo que pouco, a sua inclusão social.

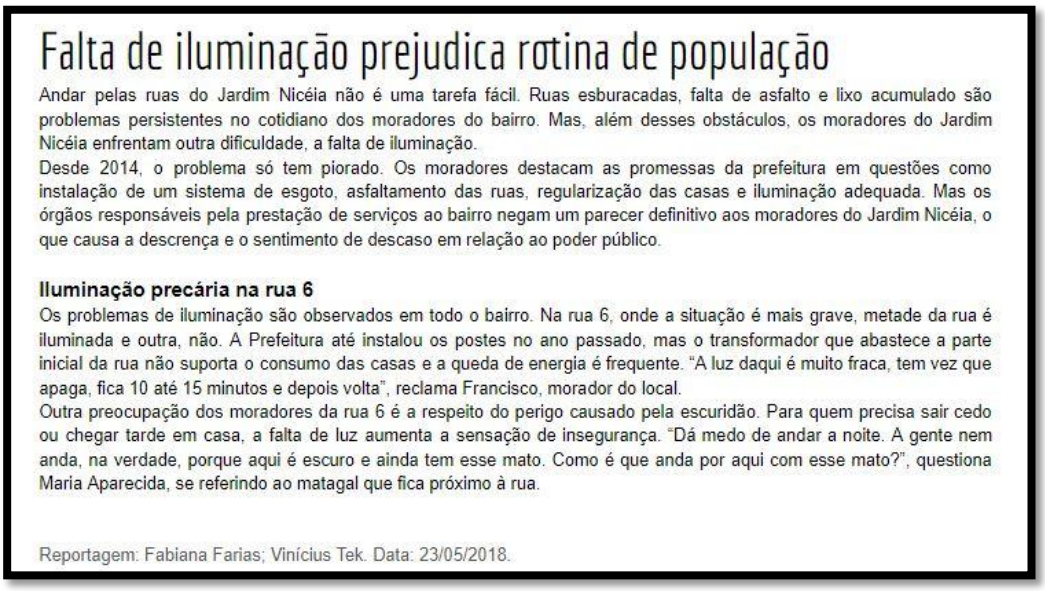
Figura 16: Exclusão/inclusão social em Bauru, 2010



Fonte: CEMESPP, 2010.

Temos algumas reportagens do jornal Voz do Nicéia, que tomamos de suporte para nossos diagnósticos:

Figura 22: Problemas urbanos



Falta de iluminação prejudica rotina de população

Andar pelas ruas do Jardim Nicéia não é uma tarefa fácil. Ruas esburacadas, falta de asfalto e lixo acumulado são problemas persistentes no cotidiano dos moradores do bairro. Mas, além desses obstáculos, os moradores do Jardim Nicéia enfrentam outra dificuldade, a falta de iluminação.

Desde 2014, o problema só tem piorado. Os moradores destacam as promessas da prefeitura em questões como instalação de um sistema de esgoto, asfaltamento das ruas, regularização das casas e iluminação adequada. Mas os órgãos responsáveis pela prestação de serviços ao bairro negam um parecer definitivo aos moradores do Jardim Nicéia, o que causa a descrença e o sentimento de descaso em relação ao poder público.

Iluminação precária na rua 6

Os problemas de iluminação são observados em todo o bairro. Na rua 6, onde a situação é mais grave, metade da rua é iluminada e outra, não. A Prefeitura até instalou os postes no ano passado, mas o transformador que abastece a parte inicial da rua não suporta o consumo das casas e a queda de energia é frequente. "A luz daqui é muito fraca, tem vez que apaga, fica 10 até 15 minutos e depois volta", reclama Francisco, morador do local.

Outra preocupação dos moradores da rua 6 é a respeito do perigo causado pela escuridão. Para quem precisa sair cedo ou chegar tarde em casa, a falta de luz aumenta a sensação de insegurança. "Dá medo de andar a noite. A gente nem anda, na verdade, porque aqui é escuro e ainda tem esse mato. Como é que anda por aqui com esse mato?", questiona Maria Aparecida, se referindo ao matagal que fica próximo à rua.

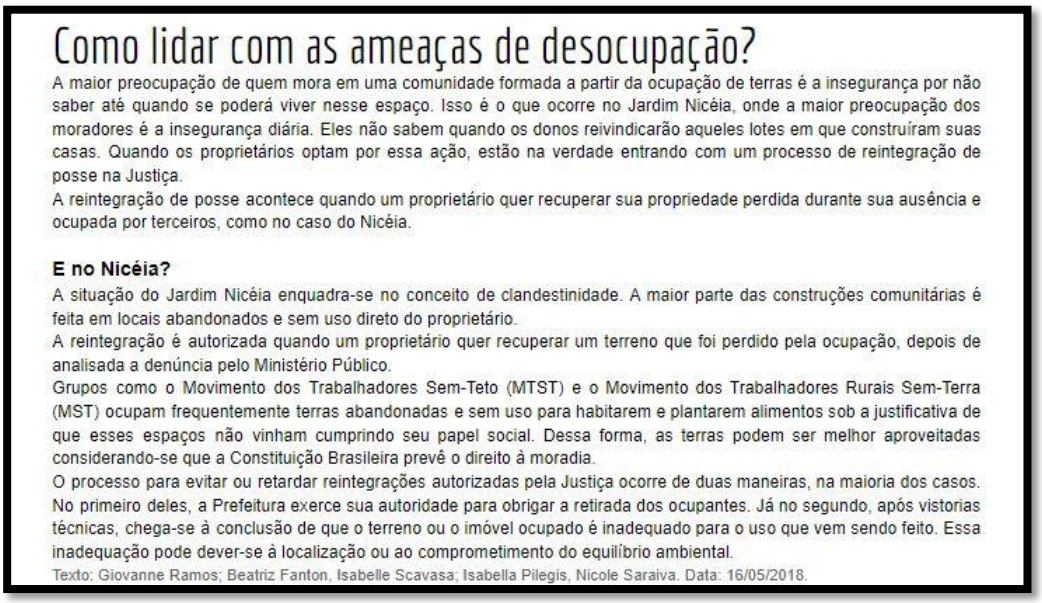
Reportagem: Fabiana Farias; Vinícius Tek. Data: 23/05/2018.

Fonte: Jornal Voz do Nicéia. Acessado em 15/06/2018.

Os moradores do Jardim Niceia sofrem com problemas de falta de infraestrutura urbana básica há décadas, e com muito custo foram conquistando algumas melhorias, como asfalto nas ruas mais antigas, uma praça central como área de lazer (que foi feita a menos de dois anos), porém, como citado na reportagem, ainda falta muito. Muitas ruas continuam sem asfalto além de muito acidentadas, ficaram por muitos anos sem rede de esgoto e água, que chegou à rua 6 a muito pouco tempo, além da falta de iluminação. Tais problemas afetam inúmeros aspectos da vida destes moradores, e o direito à moradia digna deve ser fornecido pelo Estado, e consta no Art. 6º da Constituição de 1988.[3]

[3] Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Figura 17: Regularização iminente



Como lidar com as ameaças de desocupação?

A maior preocupação de quem mora em uma comunidade formada a partir da ocupação de terras é a insegurança por não saber até quando se poderá viver nesse espaço. Isso é o que ocorre no Jardim Nicéia, onde a maior preocupação dos moradores é a insegurança diária. Eles não sabem quando os donos reivindicarão aqueles lotes em que construíram suas casas. Quando os proprietários optam por essa ação, estão na verdade entrando com um processo de reintegração de posse na Justiça.

A reintegração de posse acontece quando um proprietário quer recuperar sua propriedade perdida durante sua ausência e ocupada por terceiros, como no caso do Nicéia.

E no Nicéia?

A situação do Jardim Nicéia enquadra-se no conceito de clandestinidade. A maior parte das construções comunitárias é feita em locais abandonados e sem uso direto do proprietário.

A reintegração é autorizada quando um proprietário quer recuperar um terreno que foi perdido pela ocupação, depois de analisada a denúncia pelo Ministério Público.

Grupos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocupam frequentemente terras abandonadas e sem uso para habitarem e plantarem alimentos sob a justificativa de que esses espaços não vinham cumprindo seu papel social. Dessa forma, as terras podem ser melhor aproveitadas considerando-se que a Constituição Brasileira prevê o direito à moradia.

O processo para evitar ou retardar reintegrações autorizadas pela Justiça ocorre de duas maneiras, na maioria dos casos. No primeiro deles, a Prefeitura exerce sua autoridade para obrigar a retirada dos ocupantes. Já no segundo, após vistorias técnicas, chega-se à conclusão de que o terreno ou o imóvel ocupado é inadequado para o uso que vem sendo feito. Essa inadequação pode dever-se à localização ou ao comprometimento do equilíbrio ambiental.

Texto: Giovanne Ramos; Beatriz Fanton, Isabelle Scavasa; Isabella Pilegis, Nicole Saraiva. Data: 16/05/2018.

Fonte: Jornal Voz do Nicéia. Acesso em 15/06/2018.

Quando pessoas ocupam terras que não estão sendo utilizadas, mas que não lhes pertencem, vivem sempre com a ameaça de desocupação pairando sobre eles, sem saber se terão que sair de onde se instalaram e com muito custo ergueram suas casas, criaram laços com seus vizinhos, e se adequaram ao novo contexto.

Os moradores do Jardim Niceia sentem a ameaça de desocupação há praticamente 50 anos, pois enquanto não conseguem a regularização de fato, ainda há a possibilidade dos proprietários reivindicarem posse. E o Niceia não está em área de risco, então se o poder público conseguir com que o terreno seja doado para estas pessoas, ou que deliberem a posse a esses moradores através do instrumento que consta no Art. 9º do Estatuto da Cidade, que se trata da usucapião especial de imóvel urbano, que consiste em: “Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua família.”

Atualmente está em processo de regularização fundiária, no fim do mês de abril já iniciaram o levantamento topográfico do Jardim Nicéia[4]. Estando regularizado, os moradores recebem as escrituras de seus respectivos lotes, e facilitará os processos burocráticos para instalação de infraestrutura adequada.

[4] Disponível em: https://www.jcnet.com.br/Geral/2018/04/prefeitura-inicia-processo-de-regularizacao-fundiaria-do-jardim-niceia.html

Figura 18: Melhorias em infraestrutura

Moradores da Rua 6 conquistam melhorias

O DAE implantou as tão esperadas tubulações de água e esgoto.

Por anos, os moradores da Rua 6, última a ser ocupada no bairro, sofreram com a falta de asfalto, iluminação e, principalmente, com a falta de saneamento básico. Para fazer coisas simples e cotidianas como dar banho nos filhos, cozinhar e até beber água era necessário buscar água nas outras ruas e usar fossas.

Como já abordado pelo jornal, a grande quantidade de fossas representa um perigo aos moradores e elas já causaram diversos acidentes com animais e crianças, como relata a moradora da Rua 6, Maria de Lourdes. Sem água e esgoto encanados, os moradores se viam obrigados, assim como seu Narciso conta, a usar a água e o esgoto da rua de baixo.

Em outubro, depois de tantos anos de espera pelo cumprimento das promessas do poder público, os moradores conquistaram mais uma melhoria para o bairro. O Departamento de Água e Esgoto (DAE) iniciou a implantação das tubulações de água e esgoto em toda a Rua 6.

A implementação de saneamento básico traz inúmeros benefícios aos moradores. Com água e esgoto encanados, os riscos de doenças diminuem, principalmente entre as crianças, e os riscos de acidente com as antigas fossas também.

A moradora Camila Barros e sua família, da Rua 6, já estão utilizando as novas redes de esgoto e comemora: "Agora não temos mais que buscar água nas outras ruas e nem que abrir mais fossas". O morador Vanderlei Benedito também festeja: "As obras trouxeram segurança para os moradores. Antes não tínhamos garantia de água e esgoto e agora podemos contar com esses recursos".

As obras foram concluídas no dia 29 de novembro e as ruas 7 e 8, e parte das ruas 9 e 10 também foram contempladas. Segundo a Assessoria de Imprensa do DAE, as tubulações de esgoto totalizaram 925 metros de extensão. Os novos encanamentos de água tratada ainda estão com 600 metros, no entanto, o DAE afirma que também pretende ampliar a rede de água até os 925 metros, como a rede de esgoto.

Texto: Caroline Rozo. Data: 02/01/2018

Fonte: Jornal Voz do Nicéia. Acesso em 15/06/2018.

Com muito custo e após muitos anos, algumas melhorias estão chegando ao Niceia e trazendo um pouco mais de dignidade à vida dessas pessoas. O acesso à rede de água e esgoto são direitos básicos da população, e ao serem instalados, instantaneamente trazem inúmeras melhorias à qualidade de vida destes moradores.

Figura 19: Acesso à mobilidade

Ônibus dentro do bairro

A promessa do asfalto vem atrelada à entrada do ônibus no bairro. A moradora Cláudia Aparecida da Silva sempre escuta que "o ônibus não entra dentro da vila porque falta asfalto". A mesma justificativa foi dada dessa vez pelo responsável pelo transporte coletivo da EMDURB, Vitor Silveira. Para ele, o ônibus não passa no bairro porque as ruas são muito estreitas, o que impossibilita qualquer tipo de manobra. Entretanto, todos os moradores sabem que as ruas do Nicéia têm largura suficiente para a passagem do ônibus. A prova disso são os diversos motoristas de ônibus do transporte coletivo que usam o Nicéia como passagem para chegarem até a garagem da empresa, ao lado do bairro.

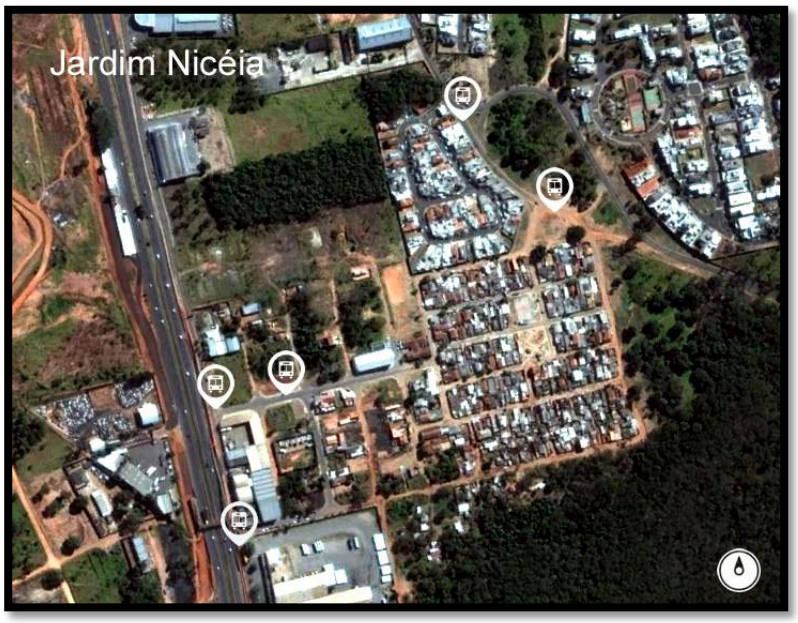
Em resposta à essa situação, Gazzetta admite que o motivo alegado pela EMDURB não é bem fundamentado, mas considera buscar junto à empresa soluções para a questão, como a de proibir o estacionamento em um lado da via, por exemplo.

Texto: Ana Carolina Montoro. Data: 02/01/2018

Fonte: Jornal Voz do Nicéia. Acesso em 15/06/2018.

O fato dos ônibus não adentrarem o Jardim Nicéia dificulta em muito a acessibilidade e mobilidade dos moradores, já que para pegarem o circular todos os dias precisam percorrer uma distancia razoável que pode ser difícil para idosos e crianças ou mulheres com crianças de colo.

Figura 20: Pontos de ônibus nas proximidades do Nicéia



Fonte: Google Earth, editado pela autora.

O poder público iniciou suas ações na ocupação irregular do Jardim Niceia, com o asfaltamento de algumas ruas; a realização da praça central e quadra de futsal; instalação de rede de água e esgoto; iluminação (mesmo que ainda não tenha chego para todos); e agora, conseguiu que o Jardim Niceia esteja realmente em processo de regularização. Entretanto, mesmo que essas conquistas já tenham melhorado em muito a qualidade de vida destes habitantes, a situação em que eles vivem ainda não está nem perto do ideal.

Inúmeras problemáticas ainda fazem parte do dia a dia destes habitantes, como: as ruas que ainda não possuem asfaltamento e são completamente acidentadas; vias com ou sem iluminação que geram passagens perigosas durante à noite, principalmente na parte final do Jardim Nicéia que possui um aglomerado de mata que faz com que aumente a periculosidade da área; grande quantidade de lixo nas ruas mais ao fundo do bairro onde não passa a coleta de lixo; pouco comércio então tem que haver considerável deslocamento dependendo das necessidades; o ônibus que não adentra o bairro, então tem que haver também o deslocamento para pegar o circular diariamente; pouca acessibilidade; entre outros.

Ao realizar os trabalhos de campo, em conversas com moradores, percebemos que os moradores se sentem negligenciados pelas ações do poder público, como ao citarem diversas vezes sobre a falta de transporte público direto para o posto de saúde, e a extrema redução dos horários de ônibus aos fins de semana e feriados. Essa população sabe que não é enxergada e ouvida, mas estão correndo atrás de seus direitos, ao se mobilizarem em líderes de bairro junto a pessoas interessadas a ajudarem.

Plano Base aplicado ao bairro

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, que é permitir o acesso ao direito à cidade aos moradores da ocupação do Jardim Niceia, levando em conta a caracterização da cidade com base na pesquisa apresentada nos capítulos anteriores e pelas entrevistas com os moradores da área escolhida, os quais pontuaram sobre as problemáticas com o transporte coletivo e as dificuldades de acesso ao restante da cidade, foi observada a necessidade de propor um plano utilizando os princípios da metodologia do "Plano Base" (Torné, 2014), trabalhando com a área da ocupação do Jardim Niceia e caracterizando suas necessidades com base no que existe na região, fortalecendo a incorporação do bairro no contexto urbano da cidade e integrando-o como parte da cidade.

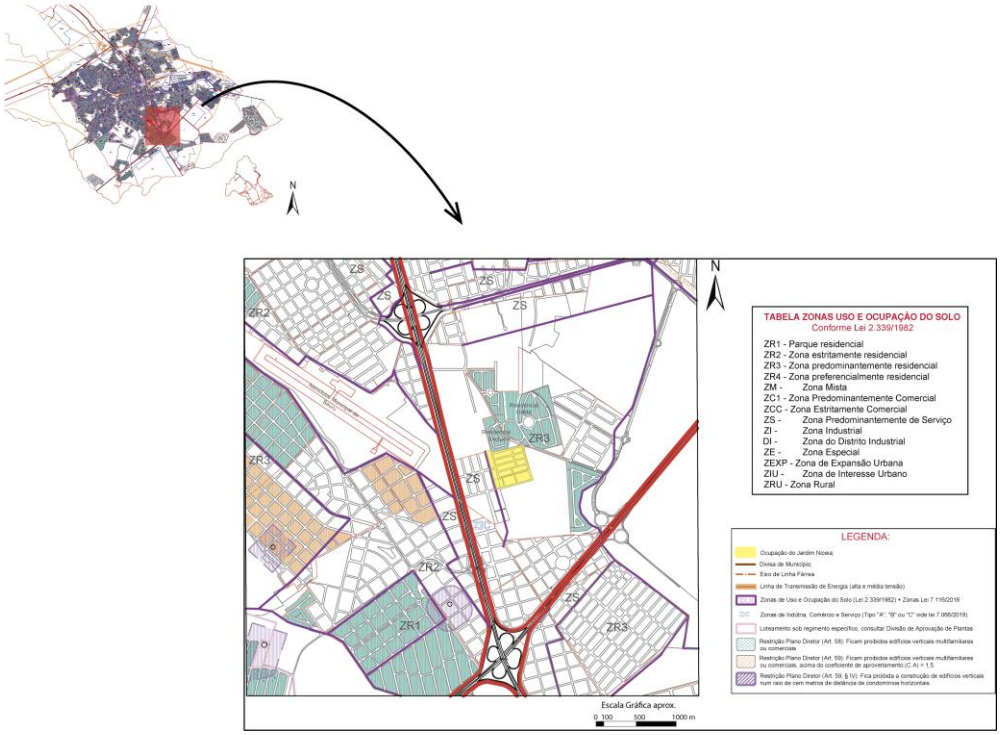
Entendemos que o Plano Base possa ser considerado um instrumento abrangente de reconhecimento das problemáticas, porém ele auxilia a visualizar os problemas da área de forma geral e não pontualmente, o que é muito útil no Planejamento Urbano, como diz Scudeller:

> Tendo o Plano Base o objetivo de abordar temas básicos para o planejamento urbano, como áreas urbanas consolidadas, áreas em expansão, eixos viários, equipamentos e serviços públicos e projetos de infraestrutura, é comum que em um primeiro momento esta metodologia pareça resultar em um planejamento amplo e impreciso. No entanto, como já apontado por Josep Maria Llope Torné – arquiteto criador do Plano Base, esta metodologia deve ser entendida como um ponto de partida para o desenvolvimento de planos estratégicos mais específicos, ou seja, deve ser usada em um primeiro momento como instrumento abrangente de reconhecimento das problemáticas da cidade. (SCUDELLER, 2018, p. 134)

Realizamos então, uma análise morfológica para que tivéssemos subsídio para aplicar o Plano Base.

A ocupação do Jardim Niceia se encontra em uma Zona predominantemente residencial, e próximo de uma área de Zona predominantemente de serviço, como podemos ver na Figura 21, na qual recortamos o entorno próximo à ocupação do Jardim Niceia, em que se vê também a presença dos loteamentos fechados no entorno da ocupação; além da proximidade da Unesp, do Hospital Estadual de Bauru, do Núcleo de Saúde do Jardim Europa, da Delegacia de Polícia Federal, da Rodovia Marechal Rondon e do Aeroporto.

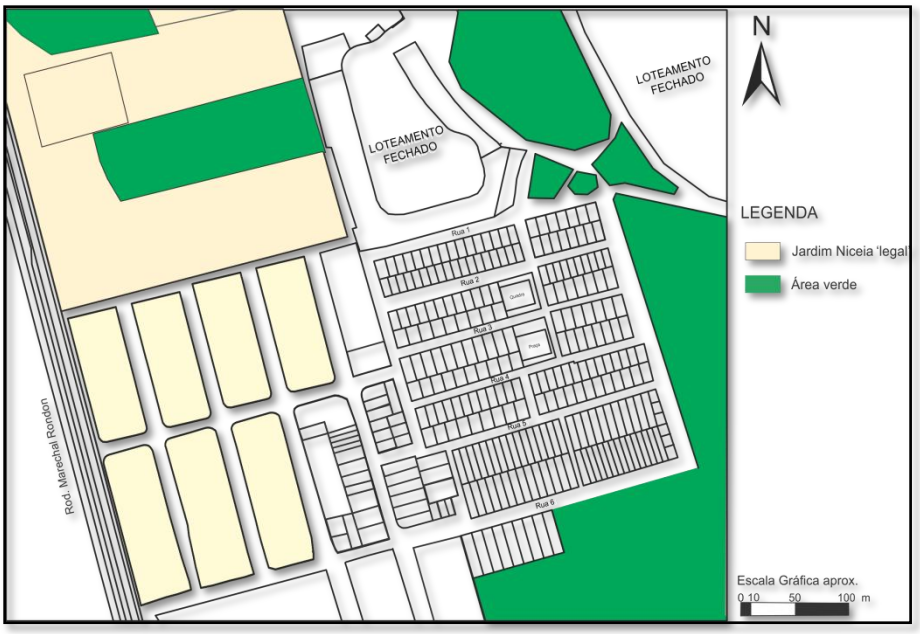
Figura 21: Zoneamento do Jardim Niceia e entorno



Fonte: Site da Prefeitura de Bauru. Editado pela autora.

Não encontramos um mapa feito atualmente que mostre o loteamento interno das quadras da ocupação do Jardim Niceia, então, para que pudéssemos realizar uma análise mais objetiva do bairro, a partir da realização do trabalho de campo, realizamos o levantamento de dados do bairro, e o primeiramente, como mostra a Figura 22**,** foi feita a divisão do lotes do bairro, mesmo que de forma aproximada, uma vez que ainda não foi finalizado o processo de regularização do Jardim Niceia, então não há uma medida uniforme dos lotes. As dimensões dos lotes ainda seguem as ocupações que foram ocorrendo ao longo dos 50 anos de existência do Jardim Niceia. Um ponto interessante a se observar na forma que se deu o loteamento do bairro é como as quadras foram dividas de forma ortogonal, que mostra que houve uma iniciativa de loteamento por parte do poder público sem que as terras estivessem regularizadas, 50 anos atrás, e após isso é que a área foi ocupada.

Figura 22: Loteamento da ocupação do Jardim Niceia



Fonte: Elaborado pela autora

Através do mapa de Uso e Ocupação que foi elaborado (Figura 23), identificamos que a ocupação do Jardim Niceia, ainda que não regularizado, segue o Zoneamento, sendo predominantemente residencial, com algumas iniciativas pontuais de comércio, vários inclusive com a iniciativa na própria residência dos moradores.

Outra característica marcante é que, grandes partes das residências estão inacabadas, ainda em processo de construção, o que pode ter como motivo o fato de que vão construindo-as aos poucos, conforme conseguem arcar com materiais e mão-de-obra.

Figura 23: Mapa de uso e ocupação

Fonte: Elaborado pela autora

No Jardim Niceia a maioria das residências é de alvenaria (Figura 24), algumas poucas de madeiras, e outras poucas autoconstruções de diversos materiais que formam os denominados "barracos", e isso se deve ao fato da ocupação já estar bem consolidada. As construções de madeira e a maior concentração de "barracos" se dá na Rua 6, que se trata da última rua a surgir na ocupação do Jardim Niceia, além de também ter sido a última em que chegou rede de esgoto e iluminação. Percebemos também nas figuras 23 e 24, que mesmo que a situação da ocupação do Jardim Niceia ainda não esteja regularizada, foi instalada uma quadra e uma praça pelo poder público, como áreas de lazer.

Figura 24: Mapa de tipologia das construções

Fonte: Elaborado pela autora

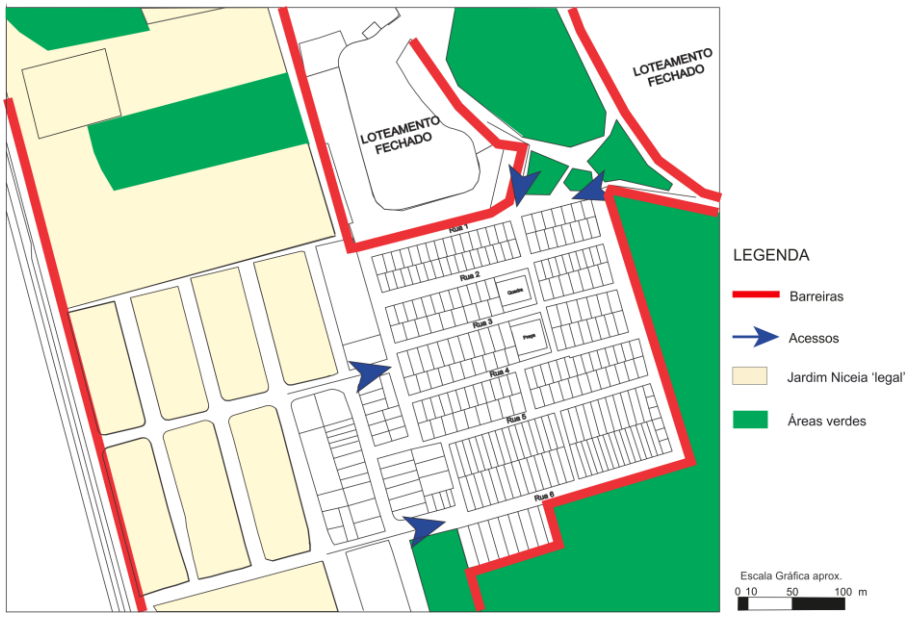
No mapa de massa vegetativa (Figura 25), temos uma grande presença de arborização no entorno da ocupação, pois há a Sul do bairro, junto à rua 6, uma área de interesse ambiental, ademais é visível que a arborização nas demais ruas do bairro é escassa.

Figura 25: Mapa de massa vegetativa

Fonte: Elaborado pela autora

A ocupação do Niceia é rodeada por "barreiras" que se dão pelo loteamento fechado, pela área de preservação e pela Rodovia Marechal Rondon, como pode ser observado na Figura 26, que dificulta tanto o acesso dos moradores ao restante da cidade, quanto o acesso de pessoas de fora ao bairro. Como são mostrados, os acessos ao bairro são poucos, e mesmo a Oeste que o acesso poderia ser maior, a barreira da rodovia também dificulta essa questão.

Figura 26: Mapa de barreiras e acessos



Fonte: elaborado pela autora.

A partir das análises morfológicas realizadas, foi possível perceber as problemáticas que mais afetam ao bairro, e assim, definimos com quais problemáticas iremos trabalhar.

Elaboramos inicialmente o mapa de problemas base (Mapa 1), para encontrar e definir os maiores problemas enfrentados pelos moradores do Jardim Niceia. O recorte que fizemos, abrange uma maior parte do entorno do bairro, onde visualizamos os equipamentos mais próximos, como o Hospital Regional, a Unesp, o Núcleo de saúde do Jardim Europa e a Escola Estadual Prof. Luiz Braga. Além disso destacamos as Zonas de consolidação que se encontra o Jardim Niceia e os bairros do seu entorno. O Jardim Niceia está situado em uma área ainda em consolidação, tendo uma área de adensamento controlado à oeste da rodovia Marechal Rondon, e uma área não consolidada à Sul do bairro. Definimos os seguintes problemas a seguir, a partir de todos os estudos realizados:

1 – Barreiras Físicas A ocupação do Jardim Niceia se encontra cercada por barreiras físicas que dificultam o acesso ao restante da cidade. Tais barreiras se dão pela área de Interesse Ambiental que envolve o lado Sul e Leste do bairro; pelo loteamento fechado à Norte do bairro e pela rodovia Marechal Rondon a oeste. Tais barreiras dificultam o acesso de quem chega e de quem sai do bairro, principalmente daqueles que andam a pé ou utilizam o transporte público.

2 – Transporte Coletivo

O bairro conta com apenas duas linhas de ônibus (que não adentram o bairro), que passam de hora em hora, porém que tem seus horários diminuídos aos fins de semana e feriados. Outro fator é que nenhuma das linhas vai até os centros de saúde, os quais estão fora do raio de 800 m e 1 km que é definido como a distância confortável para se andar a pé. Na Figura 32, temos o ponto de ônibus que para na entrada nordeste do bairro, onde não há uma parada adequada, sem abrigo para passageiro se proteger de sol e chuva; sem acessibilidade; sem espaço adequado para embarque e desembarque.

3 – Equipamentos, Serviços e Atividades

Em relação aos equipamentos públicos, há uma creche instalada na ocupação do Jardim Niceia, porém não há centro de saúde e escola no raio de 1 km, os quais são acessados geralmente com a utilização de transporte coletivo. Há algumas iniciativas de comércio no bairro, porém insuficientes para suprirem as necessidades dos moradores do bairro.

4 – Ocupação da área de Interesse Ambiental

A área de Interesse Ambiental está começando a ser ocupada por construções, situação que se continuar pode levar a desmatamento da área.

5 – Arborização das ruas do bairro

A arborização é escassa nas ruas do bairro.

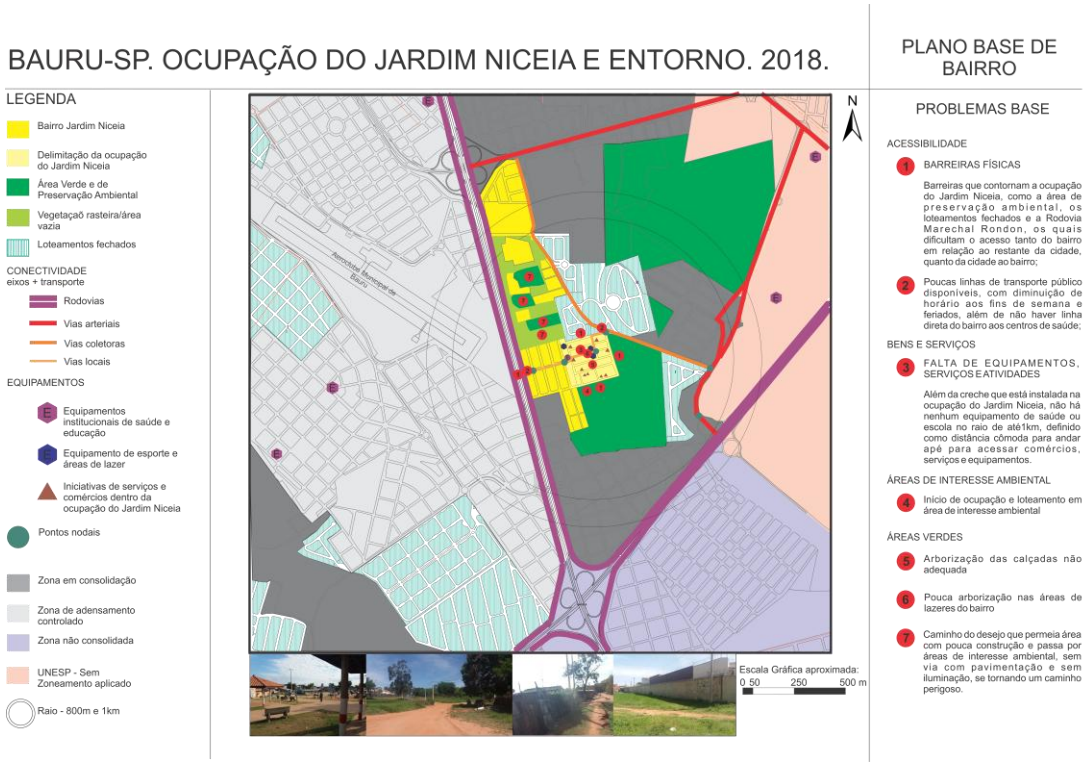
6 – Arborização nas áreas de lazer

A arborização é escassa nas áreas de lazer existentes no bairro, que dificultam a permanência e utilização dos espaços por muito tempo embaixo do sol.

7 – Caminhos Perigosos

Há o caminho do desejo que permeiam o interior do Jardim Niceia „legal" em sentido ao Super Mercado Macro, que perpassa áreas de Interesse Ambiental, sendo uma área com pouca construção, não há via pavimentada e também falta iluminação.

MAPA 1 – PROBLEMAS BASE



Fonte: Elaborado pela autora

Elaboramos então o Plano Base (Mapa 2) com enfoque no bairro, com as seguintes Diretrizes:

Em se tratando da Mobilidade Urbana, temos como diretrizes de aplicação imediata:

A – Regularização das vias

Regularização das vias do interior da ocupação do Jardim Niceia. Por se tratarem de vias do bairro, são consideradas vias locais, de tal forma que utilizamos a Figura 27, que nos dá as dimensões mínimas das vias urbanas para adequarmos as vias às normas.

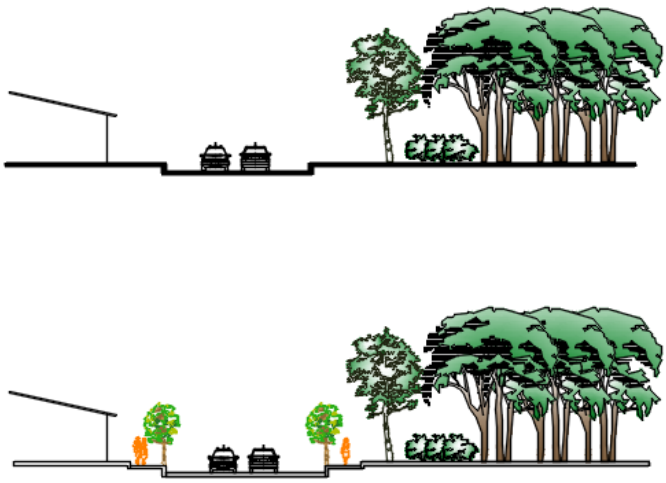
Figura 27: Dimensões mínimas das vias urbanas

Classificação	Dimensão total da faixa de domínio (m)	Largura mínima do passeio (m)	Distância entre passeios (m)	Ciclovia
Via Metropolitana	40 m	3,00	34	Indicado
Anel Viário	18 - 30 m	3,00	12 - 24	Indicado
Via Arterial	18 - 45 m	3,00	12 - 39	Indicado
Via Coletora	16 - 30 m	3,00	12 - 24	Possível
Via Parque	16 - 20 m	3,00	12 - 16	Instalado
Via Local	16 - 20 m	2,50	11 - 15	Possível

Fonte: Tabela do Sistema Viário

Atualmente as vias que mais consolidadas no Jardim Niceia, possuem cerca de 9 a 10 metros de largura, porém nem todas são asfaltadas e não há calçadas nem guias. Na Figura 28 mostramos um exemplo de como é a via do bairro atualmente e de como poderá vir a ser após a regularização realizada.

Figura 28 - Regularização das vias



Fonte: Elaborado pela autora

Tendo as vias regularizadas, será possível que o transporte público adentre ao bairro, o que vai facilitar a chegada dos moradores aos pontos de ônibus, sendo importante principalmente para quem tem filhos ainda pequenos, deficientes e para os idosos.

B – Transporte Coletivo

Aumento das linhas que passam no bairro, de forma que possam cortar o interior do bairro, após a regularização das vias ter sido feita. Ampliação dos horários, com rotação constante nos fins de semana e feriados, prezando pela mobilidade para os moradores acessarem o restante da cidade seja para cumprir obrigações, quanto a lazer.

C – Linha para os centros de saúde

Linhas em diversos horários com isenção social da tarifa que passam pelos centros de saúde do Geisel e do Jardim Europa, com cadastramento das famílias em ambas as unidades. A isenção social da tarifa, seria realizada por um mecanismo que permitisse os moradores a se deslocarem de ônibus até os postos de saúde sem ter que pagar o passe. **No período de um a dois anos**, propomos diretrizes a serem aplicadas diretamente no bairro, outras voltadas às áreas de lazer, acessos e equipamentos.

D – Realocar moradores

É proposto o realocamento dos moradores que estão sobre a área de Interesse Ambiental para os lotes vazios que há no bairro. E – Arborização Em conjunto a regularização das vias, será realizado a implantação de arborização e paisagismo do bairro, que visa melhorar a qualidade do microclima do bairro.

> "Uma área urbana arborizada adquire muitos benefícios relacionados à estabilidade climática, ao conforto ambiental, na melhoria da qualidade do ar, bem como na saúde física e mental da população, além de influenciar na redução da poluição sonora e visual e auxiliar na conservação do ambiente ecologicamente equilibrado." (CECCHETTO, CHRISTMANN, OLIVEIRA)

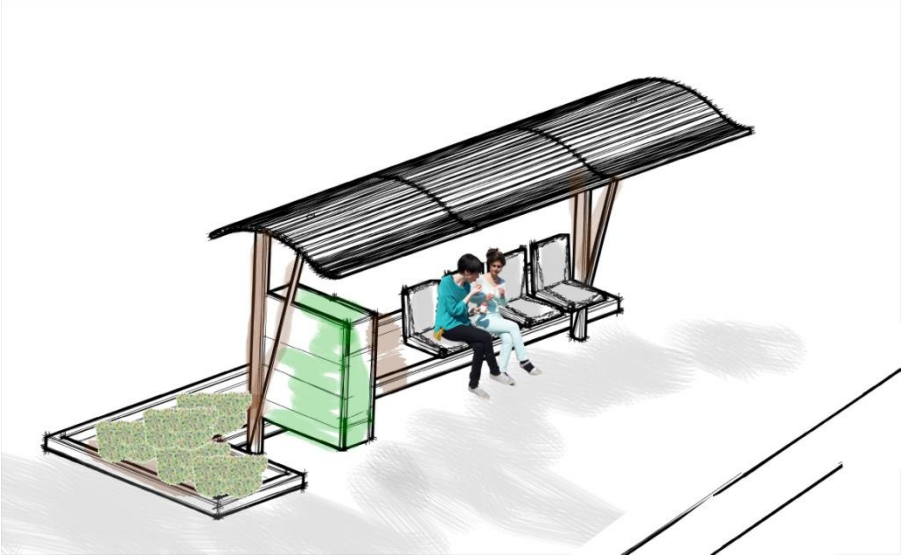
Em relação as áreas de lazeres, temos as seguintes diretrizes:

F – Projeto de paisagismo e mais arborização para as áreas de lazer já existentes no bairro.

G – Praça de entrada

Projeto da praça situada em um dos acessos mais utilizados do bairro, com a proposta de dar identidade ao bairro, com vegetação, áreas de permanência. Haverá o realocamento e reelaboração (Figura 29) do ponto de ônibus que atualmente se encontra sem abrigo para passageiro se proteger de sol e chuva; sem acessibilidade; sem espaço adequado para embarque e desembarque.

Figura 29 - Exemplo de ponto de ônibus



Fonte: elaborado pela autora

Com a praça instalada, um dos acessos do bairro será mais fluído, e para melhorar o acesso Oeste, temos como diretriz:

H – Passarela subterrânea para pedestres cortando a rodovia Marechal Rondon, na altura da ocupação do Jardim Niceia, possibilitando uma passagem fácil e segura ao Jardim Europa. E outra passarela na altura do Makro, possibilitando a travessia para a Av. das Nações e assim, mais fácil acesso ao centro.

Moram cerca de mil pessoas no bairro, e uma das diretrizes é a implementação de um equipamento de saúde:

I – Centro de saúde de atendimentos não emergenciais Um centro de saúde a ser construído no lote vazio ao lado da creche, que tenham enfermeiras, e médicos para atendimentos não emergenciais de clínica geral, odontológico, para que a população do Jardim Niceia tenha mais fácil acesso a tratamentos de saúde de forma a não super-lotar os centros de saúde do Geisel e do Jardim Europa.

Como proposta a longo prazo, para ser implantado em até 5 anos, temos diretrizes a serem aplicadas nas áreas de interesse ambiental.

J – Parque Urbano Propomos a implementação de um parque urbano na área de Interesse Ambiental localizada à Sul do bairro, que contenha trilha para caminhadas e ciclovias, além de espaços de permanência, e caso, no futuro a área a Sul da área de interesse ambiental venha a se tornar um bairro, o parque já seria a conexão e permitiria o acesso entre os dois bairros.

K – Parque Linear Seguindo a mesma proposta do parque urbano, na região noroeste do bairro, implantaremos um Parque Linear que conecta as áreas de interesse ambiental, formalizando o caminho do desejo já existente, com ciclovia para facilitar o deslocamento da população até o Makro, por onde podem acessar mais facilmente o centro da cidade e seus serviços.

MAPA 2 – DIRETRIZES DO PLANO BASE

Fonte: Elaborado pela autora

Aos moradores do Jardim Niceia:

Neste final do trabalho quero escrever para vocês, quem me inspirou a fazer este trabalho, quem vive as contradições e conflitos que identifico neste estudo, levantamento, texto, trabalho final de graduação, qual seja o modo como posso chama-lo, mas que jamais expressará, de fato, o que é viver num espaço negado.

Estudar e me aprofundar na realidade do bairro de vocês, me fez compreender o quão enraizado está a problemática da habitação e do direito à cidade, não só na cidade de Bauru, mas no nosso país.

A exclusão das pessoas que moram em ocupações, tem início quando seu direito à moradia não lhes é garantido, e encontram nas ocupações irregulares a única saída para habitação. E esta exclusão segue presente nos acessos dificultados a essa parcela da população, podendo ser o acesso à saúde, educação, comércios, serviços, lazer e trabalho.

Vocês que vivem a realidade do bairro há 10, 20 ou até mesmo 50 anos, sabem melhor que ninguém por todas as dificuldades que já passaram, e o quanto podem sentir que são invisíveis perante aos olhos do poder púbico. Alguns até dialogam, outros acompanham o dia-a-dia de vocês, mas percebi, ouvindo vocês, vendo vocês, dialogando com vocês, que o Jardim Niceia nasceu negado e foi, aos poucos, mais e mais cercado por barreiras que os atinge todos os dias.

Mas mudou também o modo como vocês mesmo veem o bairro, o lugar de vivência, de coletividade. Nestas conversas com alguns de vocês, muito me falaram sobre como já houve melhorias no Niceia, e que hoje em dia não o consideram como uma favela, e sim um bairro, uma comunidade, onde todos se conhecem e se ajudam. Entretanto, apesar das melhorias, também me falaram sobre o quanto ainda sentem que é defasado em muitas questões.

As dificuldades em acesso a equipamentos de saúde, a distância das escolas, e dos comércios e serviços, unidos às linhas de transporte público escassas, nos mostram a situação de segregação socioespacial em que se encontra o bairro, e o que tratamos neste trabalho é que estas problemáticas afetam diretamente no direito à cidade de vocês, cidadãos do Jardim Niceia.

Eu quero deixar aqui uma "semente", para ampliar e instrumentar a luta. Com o Plano Base, instrumento do Planejamento Urbano que foi elaborado neste trabalho, temos a intenção que ele seja não somente um instrumento técnico, com o qual vocês moradores do bairro, em força conjunta à Associação do bairro (que estão em vias de criar), possam requerer junto ao poder público, a aplicação dessas diretrizes, que ao serem transformadas emprojetos, irão garantir maior acessibilidade ao restante da cidade, como também melhorar a qualidade das áreas já existentes no bairro. Vocês, moradores do Jardim Niceia podem ter acesso a este Plano Base, e assim, utilizá-lo também como instrumento político para que reivindiquem participação no Planejamento Urbano, buscando que olhem para o bairro de maneira mais ativa.

Me despeço, mas não com sensação de dever cumprido, porque o dever ainda está aí diante de nós todos, nós que não vivemos no Niceia, mas sabemos que ele é cidade, e vocês que vivem que sabem que ele é cidade e que é também o fazer a cidade. Meus mais sinceros cumprimentos à essa luta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBO, Marcello (1993). Urban Planning and the Fragmented City of Developing Countries. **Third World Planning Review**, vol. 15, n. 1, pp. 23–35.

HARVEY, DAVID. **The right to the city**. Lutas Sociais, p. 73-89, 2009. Tradução: Jair Pinheiro.

LANGENBUCH, J. R. **"Depoimento".** Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n. 42, 2001, pp. 85-91.

LEFEBVRE, Henri. ***Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne***. Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. Tradução: Margarida Maria de Andrade.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia urbana**: imagens e representações. Bauru, Sp: Edusc, 2004. 286 p.

NARIMATSU, Vanessa Tiemi. **OLHAR SOBRE A FAVELA: o direito à cidade.** 2015. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, F, Presidente Prudente, 2015.

SCUDELLER, Bárbara Pozza. **Novo olhar ao centro.** 2018. 203 f. TFG II (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista - FCT UNESP, Presidente Prudente, 2018.

SILVA, Jailson de Souza e, ET AL. **O que é a favela, afinal?.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. 104 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 359 p.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; MELAZZO, Everaldo Santos. **Introdução ao conceito de segregação socioespacial**. **Formação (online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 10, p.161-173, 31 mar. 2003. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>. Acesso em: 20 mar. 2018.

VILLAÇA, Flávio. Uma **contribuição para história do planejamento urbano no Brasil** In: DEAK, Ksaba; SCHIFFER, Sueli R. (orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

SITES ELETRÔNICOS CONSULTADOS

Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru. Disponível em: https://www.emdurb.com.br/. Acesso em: 20/02/2018.

Jornal Voz do Niceia. Site: https://vozdoniceia.wordpress.com/. Acesso: 13/03/2018

Museu de imagens, 2017. Site: https://goo.gl/9L5ULS. Acesso: 22/04/2018

Museu de imagens, 2014. Site: https://goo.gl/9L5ULS. Acesso: 22/04/2018

Prefeitura Municipal de Bauru. Disponível em: http://www.bauru.sp.gov.br/. Acesso em: 15/01/2018.

VIVENDO BAURU. Disponível em: http://www.vivendobauru.com.br . Acessado em 18/01/2018.